

A 'REGULAMENTAÇÃO' DO PROFESSOR PRECARIZADO: O IMPACTO DA PRECARIZAÇÃO LABORAL NOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO CEARÁ.

Avanços de investigação em curso.

GT 18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

Daniel Italo Alencar Barros
Mestrando em Psicologia Social
Universidade Federal do Ceará

Cássio Adriano Braz de Aquino
Pós - Doutorado em Psicologia Social (Universidad Complutense de Madrid)
Professor do Departamento de Psicologia
Universidade Federal do Ceará

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar as novas formas de organização no mundo do trabalho e as consequências da precarização/flexibilização laboral na subjetividade do trabalhador e como essas formas flexíveis de trabalho são percebidas pelos mesmos, tendo como pressuposto e entendimento que o processo de precarização não é um fenômeno homogêneo, mas atinge de forma diferenciada diferentes setores da classe trabalhadora. Focamo-nos no estudo da realidade laboral dos professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará, usando como referencial teórico a Sociologia do Trabalho e a Psicologia Social do Trabalho. Utilizando como aporte metodológico a sócio-hermenêutica de Alonso (1998) e sua Análise Sociológica do Discurso.

Palavras-chave: Precarização, trabalho, docente.

1. DO FAZER A PESQUISA

O ambiente escolar é conhecido por todos nós desde a tenra idade em nossa atuação como alunos. Porém, desde muito novo conheci a experiência vivida pelo outros atores dessa trama: os professores. Meu pai e minha mãe exerciam o magistério, somente a última permaneceu na carreira docente. Meu pai afirmava ter desistido da carreira por conta de uma carga excessiva de trabalho e baixos salários, sem nenhum vislumbre de crescimento profissional. Minha mãe trabalhava os três turnos, dois em escolas públicas e uma escolar particular. Dificilmente conseguia ver ou conversar com ela. Nossa convivência era pouquíssima.

Logo percebi o quanto a carga de trabalho de minha mãe era excessiva, o quanto o seu trabalho foi se intensificando com o passar do tempo. Nos raros momentos em que estava em casa, era preparando planos de aula e corrigindo provas, atividade que entrava madrugada adentro. E eu, um jovem de 10 anos, me perguntava como ela conseguia exercer todas as suas funções. Dois anos depois, já com meus 12 anos de idade, vivenciei minha mãe ser obrigada a pedir afastamento das três escolas em que ele trabalhava para fazer uma cirurgia de retirada de um pequeno nódulo na garganta, ocasionado por intensas e constantes inflamações em sua garganta.

Mesmo diante do profundo conhecimento da realidade laboral do docente, testemunhando e vivido em minha própria casa, sempre senti a vontade de exercer o magistério. Com isso em mente,

prestei vestibular para o curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará. Porém, na próprio curso, as disciplinas ligadas à licenciatura como didática, psicologia da educação, iniciação à prática docente, eram “deixadas para depois”, sempre adiadas a sua matrícula pelos alunos e sendo motivo de chacotas por professores de outras disciplinas ligadas à pesquisa historiográfica.

Eu, como bolsista do Programa de Educação Tutorial, fui guiado a exercer funções de pesquisador e pesquisas que me levariam ao mestrado. Fui habilitado através de minhas capacidades e competências para ser um historiador, e não um professor de História. Porém, ao me formar, me deparei com uma obrigação moral e política de exercer a função docente e conhecer a realidade que existe no chão da uma escola pública.

O desenvolvimento dessa pesquisa foi motivado pela minha experiência como professor substituto da rede pública de ensino do Ceará nos anos de 2008 e 2009. Devo revelar que não foi uma experiência satisfatória. Seria demagogia de minha parte tentar ilusoriamente enaltecer quaisquer aspectos relacionados à prática docente vivenciada por mim.

A insatisfação compartilhada pelos docentes diariamente era refletida não somente na sala de aula, mas na sala dos professores, nos corredores da escola, na relação com diretores e pais, ou seja, em todos os tipos de relações existentes dentro de uma escola. É visível a decadência social, a dignidade e a falta de respeito profissional a qual o professor está submetido. É perceptível ao observador ordinário, a família dos alunos, aos alunos, a mídia atuando na desqualificação desse profissional em greves da categoria.

Pedidos de afastamento e licenças médicas eram inúmeros. Inclusive de minha parte que, ao chegar à primeira semana no meu novo espaço de trabalho, já me foi “ensinado a sobreviver” ao mesmo. Os casos de adoecimento eram contados como corriqueiros e banais, como algo a que todo professor estava condenado a passar. Casos de depressão e alcoolismo foram os que não somente ouvi relatos, mas presenciei. Crises de choro da parte de professores, brigas entre professores e alunos, ameaças de diretores, carros arranhados, ameaças de morte, tráfico de drogas, etc.

O que mais me impressionava era o incentivo para que nós, professores recém-formados, deixássemos a carreira de magistério e nos dedicássemos a outras atividades laborais “mais gratificantes”. O conselho era para que nunca eu me “acomodasse” no magistério, que ainda era “muito novo” e tinha tempo para procurar um emprego melhor e com boas condições salariais.

Este tipo de discurso ainda é presente na maioria dos professores com maior tempo de magistério. O seu discurso reproduz o que ele acredita ser verdade sobre a sua realidade laboral e a percepção desse trabalhador sobre sua profissão. A história de seus conflitos é transmitida e construída pelo seu discurso sobre as suas condições de trabalho, sobre como é SER professor. Traz em seu discurso não somente as marcas de sua atuação como docente, mas também suas angústias.

A escola é espaço de embates e diversidades. Não somente na sala dos professores, mas nas salas de aula, os docentes expressam suas tristezas e infelicidades. Essa insatisfação nem sempre se torna resistência ou luta (em qualquer que seja a instância) por melhores condições de trabalho e salariais, mas sim acomodação e a criação de um pensamento fatalista sobre a condição de ser professor.

O que objetivamos pesquisar não se assemelha a série de pesquisas que são desenvolvidas sobre a temática, onde o adoecimento é questão central na realidade laboral docente. Não pretendo aqui desmerecer quaisquer tipos de pesquisas relacionadas à saúde do trabalhador, tão pouco preciso me alongar sobre a importância que os estudos nessa área tem e continuam a ter para a compreensão das condições do trabalho no magistério. Mas é perceptível nessas pesquisas as generalizações patológicas, o fatalismo e vitimização da profissão docente, onde o adoecimento e seus motivos são diagnosticados e conseqüente uma proposta de medicalização é sugerida.

O professor não precisa e nem deve ser “vítima das circunstâncias”, nem amaldiçoada pela profissão que escolheu exercer. É a partir da compreensão de discursos de vitimização e de processos de reestruturação trabalhistas que procuramos identificar como desenvolveu e se desenvolve a

precarização do trabalho docente, identificar tanto as atuais condições de atuação do magistério quanto as formas de resistência e conflitos existentes no ambiente escolar.

O trabalho docente não nasce precário, ele sofre um processo de precarização em sua história. A precariedade remete a uma realidade laboral específica de uma determinada realidade, onde o trabalho já nasce precarizado por sua própria condição organizacional. A precarização do trabalho, no qual a atividade docente está inserida, referi-se as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, de uma história gradual de perdas de direitos, garantias e transformações trabalhistas.

Nossos objetivos são investigar o impacto da precarização e da flexibilização laboral na subjetividade dos professores da rede pública de ensino do estado do Ceará; compreender qual o sentido e o lugar ocupado pelo trabalho para esses profissionais e caracterizar a situação laboral dos professores da rede pública de ensino do estado do Ceará.

É possível e claro que não conseguimos responder todas as questões referentes à precarização do trabalho docente, até porque esse não é nosso objetivo. As questões que são levantadas sobre a problemática são numerosas e os processos a quais são referentes não param de acontecer e se transformar. Mas nosso intuito é fornecer respostas às perguntas que achamos oportunas a serem feitas para o avanço das pesquisas sobre a realidade docente e sua atividade laboral.

2. O TRABALHO QUE NÃO AGRADA: A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOBRE A PRECARIZAÇÃO LABORAL

No momento atual, a sociologia do trabalho crítica e as ciências sociais do trabalho (cf. Bialakowsky e Hermo, 1995) perpassam seus estudos em três eixos: a) sobre a mutação do sistema capitalista, intensificado por suas contradições decorrentes da super flexibilização da força de trabalho e do atravessamento sistêmico do contínuo de exclusão-extinção; b) sobre as fontes epistemológicas, a partir dos paradigmas da complexidade e da transdisciplinaridade; e c) por incorporar a dimensão antropológica em um sentido profundo na co-produção investigativa.

A partir dessa perspectiva, a grande quantidade de estudos do trabalho pode ser relida com base nessas três contribuições convergentes, que em parte deslocam e em parte complementam os paradigmas tradicionais. No entanto, essa confluência ou mudança de perspectiva não incorpora apenas temas destinados à classe trabalhadora, mas representa, também, uma transformação que perpassa todos os planos do conhecimento: o dado, o conceito e seus fundamentos epistemológicos e metodológicos.

O trabalho é entendido como atividade de produção do ser humano em dois eixos: produção da realidade material e produção de subjetividade. Colocando-se como categoria-mestra na definição da subjetividade humana, meio pelo qual os homens se expressam e se significam, compondo relações de diferentes níveis das produções humanas, constitui-se como referência para a definição do sujeito e de sua identidade. Partindo do entendimento de trabalho como categoria psicossocial chave, procuramos entender na contemporaneidade o papel que ele ocupa como definidor na construção das relações sociais e da subjetividade.

Pensar o trabalho como categoria central nesse processo é problematizar a importância que o mesmo ainda exerce na vida dos trabalhadores, mesmo diante de uma reestruturação produtiva ocorrida nos últimos 30 anos, com a crise dos modelos toyotista/fordista e da sociedade salarial nos países centrais, e posteriormente nos países periféricos como o Brasil.

As consequentes mudanças estruturais preconizadas pela nova lógica neoliberal acarretam mudanças significativas nos âmbitos econômico, sociocultural e político. Ocasionalmente, pois, a perda das garantias e proteções sociais, rompendo e desmontando a lógica da sociedade salarial. O processo a ser analisado dentro dessa nova morfologia do mundo do trabalho é o da compreensão do movimento de desconstrução da relação salarial (fruto da sociedade pós II Guerra Mundial). Essas mudanças no

paradigma da sociedade salarial e a perda da razão social do trabalho pela perda dos direitos trabalhistas é o que denominamos de *precarização do trabalho*.

Compreendemos, pois, precarização do trabalho como desestruturação dos direitos e garantias trabalhistas e sua regulamentação de exploração da força de trabalho como mercadoria. Segundo Castel (2002), o desemprego se configura como o risco social de maior importância na atual conjuntura da modernidade ao apresentar o fator de *dessocialização*, resultado de processos de transformações perceptíveis no mundo do trabalho que ocorrem no bojo do processo de globalização - capitalização mundial. A característica principal da nova condição salarial é seu caráter de flexibilidade.

O argumento de flexibilidade nas indústrias é explicado pela indispensabilidade de ajuste à cenários inesperados, ou como é conhecida, *a gestão de variabilidades*. Salermo (1993) aponta que não existe um consenso para as necessidades de flexibilidade, elas não são iguais para todas as empresas bem como não existe um único método para atingi-las. No Brasil, os estudos sobre a flexibilidade são de grande importância e complexidade, já que a terminologia *flexibilidade* vem sendo utilizada como sinônimo para *reestruturação produtiva e desregulamentação*.

A substituição do modelo fordista/taylorista de produção e do consumo de massa vai dar início que ao que denominamos de processo de flexibilização do trabalho, originada de uma flexibilização técnica que se torna flexibilização social, é a base de entendimento para a problemática da precarização.

Característica que surge de uma nova lógica de estruturação do mercado de trabalho, apontando para uma intensificação do subproletariado fabril e de serviços e a perda progressiva de garantias e direitos trabalhistas. Esses trabalhadores são conhecidos como “*part-time*”, terceirizados e subcontratados. Intensifica-se a subcontratação do trabalho, engendrando em um profundo agravamento da desigualdades sociais e da pobreza da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2005).

No Brasil, o processo de desregulamentação, precarização e flexibilização do trabalho é perceptível desde décadas passadas, já no começo da década de 1990 é crescente os contratos sem regulamentação e carteira assinada, crescimento de contratações atípicas (por períodos de tempo, por tempo parcial), maior autonomia empresarial para demissões, aumento de trabalhadores polivalentes nas empresas, substituição de horas extras por BH (banco de horas), etc.

O processo de precarização laboral docente no Brasil não é novo, está em curso desde o regime militar (1964-1985), de acordo com os escritos de Ferreira Jr. E Bittar (2006). A pesquisa aponta para três fenômenos que foram cruciais para o processo de precarização laboral do magistério: a Lei n.5.692/71, responsável pela exigência de oito anos da escola fundamental; o encurtamento do período de formação docente, projeto esse da reforma universitária de 1968 e o arrocho salarial, característica de todo o período ditatorial. Essa conjuntura aqui descrita não se alterou após o regime militar.

Apesar das pesquisas sobre as a depreciação do trabalho docente como um processo que se agrava constantemente serem acolhidas na academia, não são numerosos os estudos que abrangem tais transformações sob o viés das recentes mudanças ocorridas nas escolas. Oliveira (2004) data de duas décadas passadas os significantes escritos relacionados a compreender as alterações que acontecem do dia-a-dia escolar.

As pesquisas recentes sobre as transformações no mundo trabalho (precarização laboral, flexibilização laboral, reestruturação produtiva) compõem um campo temático transdisciplinar. Seja nas áreas de Psicologia Social, Sociologia, Saúde, etc; as pesquisas relacionadas a essas mudanças, e no nosso caso, nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho docente, nos dão a possibilidade de reflexão acerca desses processos de precarização que são vivenciados pelos professores.

Temos como norte em nossa pesquisa, como já citado anteriormente, os processos de transformação no trabalho dos docentes da rede de ensino do Ceará. Com a delimitação do tema, o esforço se faz em desenhar os traços gerais das relações entre trabalho e educação e como o processo de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho se constituíram historicamente e suas repercussões no espaço laboral do docente.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo como referencial teórico a Psicologia Social do Trabalho, Sociologia do Trabalho, Sociologia do Discurso e a História-Social do Trabalho, nosso campo norteador teórico se demarca nos escritos dos autores citados anteriormente. Utilizando uma amostragem não-probabilística e intencional escolhida, em nosso caso específico, os professores aprovados no concurso realizado pela SEDUC/CE no ano de 2009, objetivamos um estudo empírico dos processos de precarização/flexibilização, atendendo para a percepção dos sujeitos afetados pelos processos descritos e sua situação laboral.

Possuindo o pesquisador familiaridade com campo e a realidade laboral a ser estudada, adquirida ao exercer a função de professor substituto durante os anos de 2008 e 2009, o interesse pela pesquisa surgiu da constatação de um “mal-estar”, um “incômodo” que é vivenciado e compartilhado entre os professores sobre sua situação laboral, a escolha de sua carreira e sobre futuras projeções profissionais. Nas falas, nas “brincadeiras”, seja na sala dos professores, nos corredores da escola, a raiva e a melancolia eram percebidas quando o assunto remetia a nossa realidade laboral e engendrava em questões como renda salarial, condições de trabalho, carga horária excessiva e futuro profissional.

Para Blanch (1996)

cada grupo social construe y reproduce las significaciones de las experiencias que establece como relevantes. Es por elle que la acción de trabajar entraña connotaciones que se extienden a lo largo de los más diversos continuos bipolares (maldición-bendición, esclavitud-emancipación, alienación-realización) y que la hace susceptible de ser vivida como castigo, vocación, derecho, deber, valor de cambio e uso, instrumental o final (p.97).

Entendemos que a opção por uma amostragem não-probabilística e intencional escolhida nos oferece a possibilidade para um maior aprofundamento compreensível da percepção dos sujeitos afetados pela precarização e flexibilização laboral, tendo como corte objetivo um determinado grupo a ser observado: ser professor da rede pública de ensino cearense com no mínimo 06 meses de experiência.

Partindo desses recortes conceituais procuraremos construir um roteiro de perguntas que engendraria em uma entrevista semi-estruturada, tendo como finalidade principal conhecer a vida laboral do sujeito entrevistado; a percepção de sua condição de ser professor, os motivos que o levaram a exercer determinada carreira, suas perspectivas futuras em relação a sua profissão e sua situação laboral, e a forma em como é vivenciada essa situação. Utilizaremos duas epistemologias-metodológicas, a saber o conceito de *experiência histórica e cultural* de Thompson (1987) e a Análise Sociológica do Discurso de Alonso (1998).

O conceito de *experiência histórica e cultural* desenvolvido por E. P. Thompson é um dos marcos fundantes da teoria crítica ao marxismo estruturalista preconizada por Althusser. O conceito thompsoniano apresenta uma ruptura clara e incisiva entre superestrutura cultural e a estrutura econômica material. Para o autor, o conceito de classe social é um conceito histórico em constante processo de formação e reformulação, um processo que ocorre efetivamente nas relações sociais.

A sua crítica ao estruturalismo como um sistema rígido de estruturas que impedem a ação humana, reside na negligência em que esse trata aspectos relacionados a tradição cultural e popular. Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, em título auto-explicativo, Thompson analisa o modo de vida do trabalhador inglês do século XVIII e suas tradições, explorando nas experiências os aspectos culturais e de consciência de classe.

Afirma que a formação da classe não é um processo unicamente econômico, mas também cultural, sendo resultado de experiências comuns construídas historicamente pelas relações humanas e suas relações de produção. A consciência de classe pode ser compreendida através da maneira que

essas experiências são tratadas em termos culturais que são intrínsecos as tradições, as idéias, aos valores (THOMPSON, 1987). A classe e a consciência de classe constroem-se através da experiência vivida histórica e culturalmente.

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 11).

Para o autor, a classe não pode ser representada unicamente por um grupo de pessoas ou qualquer forma de instituição, mas antes é a relação dialética que se exerce entre os sujeitos. Atribuir à “classe” uma categoria de análise no processo é reducionista se não levado em consideração o agir humano dentro de um determinado contexto histórico, não como sujeitos atomizados, mas que vivenciam relações produtivas e trabalham com essa experiência em sua consciência e cultura.

A compreensão do conceito de experiência em Thompson se dá pela idéia de uma consciência de classe histórica e em constante formação, em uma experiência histórica, sendo impossível pensar uma classe social separada de outra. A experiência é a influência do sujeito histórico, do “ser social” sobre a “consciência social”

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981 apud GHON, 1997, p. 204).

Para a nossa investigação, o conceito de *experiência* em Thompson contribui para a compreensão de que o grupo de professores a serem estudados são sujeitos de sua história, fazendo parte da mesma, são os agentes de suas relações sociais, culturais e afetivas. Construídas em uma dinâmica racionalizada de produção do “ser social”, do “ser professor”.

O segundo aporte metodológico-teórico será a Análise do Discurso. A linguagem e consequentemente o discurso teve nos últimos anos para as Ciências Sociais papel de fundamental importância tanto teórica quanto metodológica. Um dos exemplos mais caros a essa leitura é a Análise do Discurso, que surge no bojo do Giro Linguístico. O discurso como campo de análise é multidisciplinar, atravessando e perpassando diversos campos epistemológicos, sendo fonte para estudos tanto da materialidade discursiva quanto do comportamento de seus atores discursivos.

A linguagem e consequentemente o discurso teve nos últimos anos para as Ciências Sociais papel de fundamental importância tanto teórica quanto metodológica. Um dos exemplos mais caros a essa leitura é a Análise do Discurso, que surge no bojo do Giro Linguístico. O discurso como campo de análise é multidisciplinar, atravessando e perpassando diversos campos epistemológicos, sendo fonte para estudos tanto da materialidade discursiva quanto do comportamento de seus atores discursivos.

Para Phillips e Hardy (2002), a análise do discurso se debruça na pesquisa das relações entre discurso e realidade. “Sem o discurso não há realidade social, e sem entender o discurso, nós não podemos entender nossa realidade, nossas experiências, ou nós mesmos” (PHILLIPS; HARDY, 2002, p.2). Segundo os autores, a Análise do Discurso, ou AD, indaga sobre a produção de textos que são carregados de significados que são produzidos socialmente, construindo realidades sociais com significados próprios. Textos esses que podem ser escritos, fotos, falas, é somente em um contexto social que eles se tornam significante.

A Análise do Discurso se debruça em temáticas que abordam as diversas interações cotidianas, processos de memória e questões de cunho sociológico e psicossocial como gênero, trabalho, exclusão/inclusão social. Como metodologia, a AD apresenta semelhanças nos enfoques metodológico das pesquisas qualitativas, mas um fator a se destacar na AD não é apenas a sua importância como importante aporte de método para as Ciências Sociais, principalmente a Sociologia e a Psicologia, mas uma *mirada* pela qual é possível a analisar os processos sociais. A AD é simultaneamente teoria e método.

A expressão análise de discurso, entretanto, passou a designar uma gama muito variada de teorias e métodos, em virtude, sobretudo, da polissemia do termo discurso. Assim, sob a designação de AD, encontramos correntes teóricas de distintas bases epistemológicas. É nossa intenção, no presente trabalho, versar sobre as aproximações e as divergências que surgem da comparação entre a Análise Sociológica do Discurso (ASD) e a Análise Crítica do Discurso (ACD).

Sob um prisma sociológico, podemos definir discurso como qualquer prática em que os sujeitos dotam de sentido a realidade, sendo assim, qualquer prática social pode ser analisada discursivamente. Porém, para a ASD, o discurso que tem maior interesse é o verbal, a fala, pois os discursos verbais se apresentam como constituintes principais na produção do sentido em nossa sociedade. A ação social está orientada pelo sentido que o sujeito emprega em sua própria ação, sendo necessária a compreensão do sentido para explicação do mesmo.

ASD nasce em meados de 1970, ainda na ditadura de Franco, vinculada à tradição espanhola de pesquisa qualitativa de Madri, constituindo-se como núcleo fundamental da pesquisa qualitativa Espanha. A Análise Sociológica do Discurso se constitui a partir da adaptação, por parte dos sociólogos, de métodos de análises desenvolvidas em outras ciências sociais. Apresentando muitas semelhanças com as análises feitas pela etnografia, pela antropologia, linguística e psicologia. Este particular desenvolvimento da AD na sociologia acabou por determinar diversos tipos de análises, não existindo um consenso sobre como se deve utilizar e abordar tal metodologia (RUIZ RUIZ, 2009).

A diversidade dos enfoques e os poucos trabalhos utilizando a Análise Sociológica do Discurso, ou ASD, acabam gerando confusão para aquelas pessoas que não se encontram familiarizadas com a leitura da temática (RUIZ RUIZ, 2009). Porém, existe um aspecto que é comum nas diferentes abordagens da ASD, que é a análise centrada no “corpo do texto”, onde o texto é compreendido em sua totalidade (CONDE, 2009).

A questão crucial da ASD não é construir uma análise conduzida pela fenomenologia, etnologia, linguística, mas um exercício de reconstrução dos sentidos pautado na compreensão do texto concreto em seu contexto social e na historicidade de suas colocações, levando em consideração os interesses dos atores implicados no discurso. Chamado por Alonso (1998) de “contextualização”, esse processo se baseia na formação dos discursos dos atores como práticas significantes em seus espaços concretos de comunicação.

(...) Bien lo que se trata de realizar es la reconstrucion del sentido de los discursos em su situación – micro y macrosocial – de enuciacion. Antes que un análisis formalista, se trata em este análisis sociohermenéutico – guiado por la fenomenologia, la etnologia y por la critica de la sociedade – de encontrar um modelo de representación y de comprensión del texto concreto em su contexto social y em la historicidade se sus planteamientos, desde la reconstrucción de los intereses de los actores que están implicados em el discurso (Alonso, 1998, p.188).

O contexto social analisado pela ASD não se refere a uma situação em particular, nem a limitação de terminações gerais, mas no espaço social concreto e delimitado para a entrada de todas as sobre determinações sociais possíveis (ALONSO, 1998). A ASD procura focar-se nas relações de produção do sentido, a compreensão dos discursos e suas motivações.

A Análise Sociológica do Discurso tem como objetivo recuperar os sujeitos sociais dos discursos - como emissores, receptores e meios intersubjetivos – através dos universos referenciais de seus discursos. Alonso (1998) usa uma concepção dialética entre discurso e o contexto, que dinamiza e relaciona o interior e o exterior, em outras palavras, os mundos objetivo, subjetivo e social para desenvolver em universos semânticos os conteúdos do acervo de conhecimentos da cultura. Nessa relação dialética, a interpretação tem que compreender o texto no interior do mundo da vida - esfera onde o indivíduo encontra convenções e motivações comunicativas. (ALONSO, 1998).

BIBLIOGRAFIA:

ALONSO, L. E. La mirada cualitativa en sociología. Madrid: Ed. Fundamentos, 1998.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIALAKOWSKY, A. & HERMO, J. P. (1995), “¿Puede la sociología del trabajo dar cuenta de las nuevas articulaciones laborales?”. Revista de Trabajo, año 2, n. 8, julio/diciembre, MTSS, Argentina.

BLANCH, J.M. Psicología Social del Trabajo. In: ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. & TORREGROSA, J. R. (Orgs.) (1996). Psicología social aplicada. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

CONDE, F. G. del A. Análisis sociológico del sistema de discursos. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Nov. 2009. Cuadernos Metodológicos 43.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. (2006). A proletarização e sindicalismo dos professores na ditadura (1964-1985). São Paulo: Pulsar.

GOHN, G. M. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PHILIPS, N; HARDY, C. Discourse analysis: investigating processes of social construction. London: Sage Publications, 2002.

SALERNO, M. S. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, H. (org.). Sobre o “modelo japonês” São Paulo, Edusp, 1993

RUIZ RUIZ, J. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research, v. 10, n. 2, art.26, 2009.